

Ata da sessão ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Medicina, realizada aos 14 dias do mês de junho de 2000.

Aos 14 (catorze) dias do mês junho do ano dois mil, nesta cidade de São Paulo, à Rua Botucatu, nº 720, no Anfiteatro "Leitão da Cunha", reuniram-se os Senhores Membros do Conselho Universitário da UNIFESP-EPM, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Hélio Egydio Nogueira. Tendo os senhores conselheiros assinado o livro de presença e constatando-se "quorum" com 59 presentes, a reunião foi iniciada. Foi justificada a ausência dos membros: Alberto A. Gabbai, Fernando M. Braga, Luiz Camano, Luiz Eduardo V. Leão, Luiz Kulay Jr., Manuel L. Santos e Maristela Brugiollo. No **EXPEDIENTE** foi aprovada, sem ressalvas, a ata da sessão ordinária de 10 de maio de 2000. Em seguida, passou o Senhor Presidente aos informes: **a)** Tendo em vista questões administrativas a Coordenadoria de Avaliação e Integração de Dados Institucionais passa a denominar-se, a partir desta data, CENTRO DE AVALIAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE DADOS INSTITUCIONAIS (CAIDI); **b)** Os Professores NESTOR SCHOR e RUBENS BELFORT DE MATTOS JUNIOR fazem parte dos mais novos membros da Academia Brasileira de Ciências e tomarão posse nesta data. A UNIFESP-EPM será representada na cerimônia pelo seu Vice-Reitor, Prof. Dr. Ulysses Fagundes Neto; **c)** Tendo em vista problemas surgidos, foi criada comissão para o fim específico de analisar e apresentar ao CONSU, num prazo de 30 (trinta) dias, proposta de normas para utilização da marca UNIFESP-EPM em sites comerciais na Internet e comercialização dos conteúdos do saber produzidos nesta Universidade. A comissão é composta pelos seguintes membros: CLAUDIO A. M. SAMPAIO (presidente), ALBERTO ALAIN GABBAI, ANTONIO CARLOS LOPES, NESTOR SCHOR, RICARDO LUIZ SMITH e RUDOLF WECHSLER. **ORDEM DO DIA:** Na oportunidade, tendo em vista solicitação do Conselho de Entidades da UNIFESP-EPM no sentido de que fosse aberto espaço nesta sessão do CONSU, para discussão e posicionamento oficial sobre a greve dos Servidores Públicos Federais, o Senhor Presidente solicitou a autorização dos presentes para que seja incluído na pauta o referido item. Não recebendo nenhuma objeção o assunto passou a ser discutido. Também foram autorizados entrar no recinto e participar das discussões deste item outros representantes do Conselho de Entidades. Com a palavra, o Prof. Rudolf Wechsler agradeceu ao Senhor Presidente e falou da situação de real abandono por que passa a universidade pública e seus servidores. Lembrou ainda que é membro de comissão deste Colegiado, que está empenhada em coletar dados para tornar público os riscos pelos quais corre a universidade pública. Ele acrescenta que o movimento grevista pleiteia também a manutenção da universidade pública e gratuita e solicita, portanto, o apoio do CONSU ao movimento, salientando ainda que movimentos anteriores trouxeram ganhos. O Sr. José Ivaldo Rocha, presidente do SINTUNIFESP, também falou da necessidade do movimento e agradeceu a oportunidade de se manifestar neste Egrégio Colegiado. Outros membros do CONSU se posicionaram, ora em favor do movimento, ora preocupados com sua repercussão nos cursos de graduação e junto aos pacientes, que sempre foram os maiores prejudicados por ocasião das greves. Após várias manifestações foi colocada em votação a questão do CONSU ser ou não favorável a um posicionamento oficial. Aprovado por unanimidade, foi consignado em ata e aprovado o apoio e desejo do CONSU em favor do ensino público e gratuito e contra o desmonte da Universidade. No **2º item da Ordem do Dia** foi apresentada proposta de criação do **Título de Professor Afiliado** na UNIFESP-EPM. Esta proposta, se aprovada, será transformada em resolução do CONSU. Trata-se de projeto apresentado por Comissão criada pelo Conselho Técnico Administrativo, com os seguintes membros: Professores Doutores Durval Rosa Borges (Presidente), Edmund Chada Baracat, Luiz Eugênio A M. Mello e Vilnei Mattioli Leite. O Prof. Durval, fazendo uso da palavra, esclareceu: "após discutir criteriosamente o assunto, a Comissão entende que: 1) a iniciativa de criação do Título de Professor Afiliado na UNIFESP-EPM é válida, para que sejam reconhecidas pela UNIFESP-EPM as atividades de ensino, pesquisa e assistência especializada que vem

sendo ou venham a ser exercidas por servidores técnico administrativos contratados pela CLT; 2) não se trata de simples concessão de título honorífico, mas de reconhecimento de atividades; 3) o assunto envolve aspectos jurídicos ainda não satisfatoriamente equacionados; 4) esta é a terceira comissão que examina o assunto; 5) a magnitude e abrangência do assunto fazem com que seja discutido no Conselho Superior da UNIFESP-EPM, isto é, o CONSU." Após ampla discussão foi aprovada a criação do Título de Professor Afiliado na UNIFESP-EPM. Votaram, na oportunidade, 59 presentes, estando 54 favoráveis, 4 contra e 1 abstenção. Na seqüência surgiram várias propostas para alteração do texto sugerido para resolução, ficando estipulado o prazo de 30 (trinta) dias, para que os Senhores Membros do Egrégio Colegiado encaminhem à Reitoria, aos cuidados da Sra. Andréia, sugestões de alteração para a proposta de Resolução apresentada nesta data. As propostas serão encaminhadas à Comissão que reapresentará o assunto na próxima sessão. No **3º item da Ordem do Dia** foi apresentada **proposta de reestruturação do Departamento de Patologia** da UNIFESP-EPM, no seguinte teor: "São Paulo, 31 de maio de 2000. Ao Magnífico Reitor Prof. Dr. Hélio Egydio Nogueira. Vimos através desta encaminhar para os referendos necessários decisão aprovada por unanimidade (21 membros presentes), no Conselho do Departamento de Patologia, em reunião realizada no dia 29 de maio de 2000: 1) Tendo em vista a necessidade de reestruturação das Disciplinas do Departamento de Patologia para adaptação ao Estatuto vigente nesta Universidade, a partir de 1º de janeiro de 2001, nossas atividades serão desenvolvidas por 3 Disciplinas: a) Disciplina de Patologia Cirúrgica; b) Disciplina de Patologia Geral, Sistêmica, Medicina Legal e Bioética e c) Disciplina de Investigação em Patologia. 2) A redistribuição dos docentes e demais membros nas novas Disciplinas, bem como as eleições para as Chefias das mesmas serão feitas após a devida aprovação pelo CONSU. 3) O Conselho do Departamento decidiu ainda destacar que apesar da reestruturação proposta concentrar algumas atividades em cada uma das Disciplinas, estarão garantidos o direito e o dever de todos os docentes participarem em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estamos anexando exposição de motivos que serviu de base para a proposta aprovada. Agradeço mais uma vez a atenção que nos tem sido dispensada e manifesto novamente o desejo de continuar a contribuir para o desenvolvimento desta instituição. Cordialmente, (aa) Prof. Dr. Osvaldo Giannotti Filho - Chefe do Departamento de Patologia da UNIFESP-EPM." Estando os senhores membros do CONSU de posse de toda a documentação encaminhada pelo Departamento de Patologia e tendo os professores daquele Departamento e membros do CONSU, esclarecido a todas as dúvidas surgidas, colocada em votação, a proposta de reestruturação do Departamento de Patologia foi aprovada como apresentada, estando na oportunidade presentes 36 membros. O resultado foi: 35 favoráveis e 1 voto contra. Ficou pendente a apresentação do quadro com a atual redistribuição dos Docentes nas novas Disciplinas do Departamento. Este quadro deverá ser apresentado ao CTA. **No último item da Ordem do Dia** foi discutido o item constante da pauta: **Discussão sobre a criação e operacionalização do Fundo de Auxílio aos Docentes e Alunos (FADA)**. A solicitação de inclusão do assunto na pauta foi apresentada pelo ofício datado de 2 de maio p.p., no seguinte teor: "Exmo. Sr. Prof. Dr. Hélio Egydio Nogueira. UNIFESP-EPM. Prezado Professor, Na qualidade de representantes dos docentes de nossa Universidade, vimos por meio desta requerer a inclusão da discussão da criação e operacionalização do Fundo de Auxílio aos Docentes e Alunos (FADA) como ponto de pauta para a próxima reunião do Conselho Universitário desta Universidade. Esta solicitação foi aprovada, em Assembléia Geral dos Docentes e em reunião do Conselho de Representantes da ADEPM, em 6 e 11 de abril de 2000, respectivamente. Anexo enviamos a justificativa para a inclusão deste item na pauta do Conselho. Atenciosamente, (aa) Professores: Alice T. Ferreira, Nylson G. Silveira Filho, Osvaldo Giannotti Filho, Rudolf Wechsler, Sônia R. Pereira, Laércio Gomes Lourenço, Daniel Sigulem, Ieda T. Verreschi e Soraya S. Smaili." **JUSTIFICATIVA:** "A Criação do FADA, ocorrida no dia 06 de Dezembro de 1999 pela Portaria n. 791, tem gerado um série de questionamentos e perguntas por parte de vários docentes da UNIFESP. Em seu

princípio, o FADA foi criado com a "função de gerenciar recursos financeiros captados a partir de órgãos públicos e/ou privados com a interveniência da SPDM, visando incentivar a atividade dos docentes e alunos em diversas modalidades." A portaria que criou o FADA também nomeou o seu Comitê Assessor, composto pelos Profs. Helena Nader, Anita Takahashi, Edmund Baracat, Lucila Vianna, Miguel Srougi, Nestor Schor e Rui Maciel, presidido pelo professor Ulysses Fagundes Neto. As atividades e modalidades do FADA foram veiculadas em duas partes. Em janeiro de 2000 as duas primeiras modalidades foram divulgadas, sendo estas o auxílio a congressos e viagens e o auxílio a projetos de pesquisa. Em março de 2000, foi veiculada a outra modalidade: a bolsa produtividade. Desde o início, quando a criação do FADA foi apresentada, a Diretoria da ADEPM incluiu este assunto como pauta em suas reuniões do Conselho de Representantes e Assembléias. Vários docentes solicitavam esclarecimentos sobre o FADA e algumas perguntas foram levantadas tais como: 1) Como **foi** criado o FADA e seu Comitê Assessor? 2) Qual a instância institucional responsável pelo FADA? 3) Como será gerenciada a arrecadação e a administração dos fundos do FADA? 4) Por que não houve discussão com a comunidade sobre a criação e atribuições do Comitê Assessor? 5) Por que prazos tão curtos entre a divulgação e inscrição nos programas do FADA? 6) Por que os valores máximos que podem ser pleiteados para auxílio à pesquisa e para viagem a congressos não foram claramente divulgados para a comunidade? 7) Qual a finalidade da criação da bolsa de produtividade e quais os critérios usados para sua elaboração? Em virtude destas questões, reuniões com o Reitor (05-04) e o Comitê Assessor (CA, 13-04) foram marcadas, incluindo um Debate com o CA (27-04) visando esclarecer a idéia do FADA. As informações sobre estas reuniões foram contidas em um boletim da ADEPM (n. 3), veiculado em 25 de Abril e distribuído amplamente entre os docentes. Temos vários pontos que consideramos importante incluir para o aprimoramento do FADA e que são frutos de intensa discussão realizada nas instâncias mencionadas acima. Este pontos são de ordem genérica e serão apresentados a seguir. No entanto a modalidade de bolsa produtividade nos preocupa e consideramos que esta é uma questão que deve ser melhor e separadamente discutida. Esta proposta trata da destinação de recursos para a suplementação salarial dos docente (e apenas de alguns destes), criando uma franca diferenciação. Esta perspectiva divide os docentes e divide a luta por melhores salários reais e pela Universidade Pública e de Qualidade. Desta forma solicitamos a inclusão desta discussão no CONSU. Propostas gerais da Diretoria da ADEPM para o FADA, apoiadas nas decisões das Assembléias dos Docentes, do Conselho de Representantes e do debate ocorrido como CA-FADA: 1) Que os recursos do FADA sejam gerenciados de maneira transparente com a publicação do montante dos recursos do FADA, fonte dos recursos, nome dos docentes e alunos que receberem auxílio do FADA.(com modalidade), valores dos recursos concedidos. 2) Que junto ao CA do FADA sejam incluídos membros eleitos por área de atuação. Contemplar as diferentes áreas da nossa instituição (um estudo deverá ser feito para verificar as áreas a serem incluídas). 3) Elaboração e divulgação dos critérios que serão utilizados, já que a demanda de solicitações deverá criar um caráter competitivo. 4) Que a decisão das concessões sejam realizadas por assessores ad hoc, com a avaliação do CA. Isto em virtude do caráter de avaliação do processo e gerenciamento dos recursos captados. 5) Que os candidatos ao auxílio viagem sejam docentes sem restrição à titulação, já que até mesmo alunos e pós-graduandos podem se candidatar a esta modalidade." Na oportunidade relatou o Magnífico Reitor o que segue: "em sua primeira gestão atendeu pedidos de auxílio para Congressos, gerindo sozinho uma verba destinada para tal. Nesta gestão, resolvido a dividir as responsabilidades, criou o Comitê Assessor, onde estão Docentes dos diversos seguimentos da Instituição, que administram as verbas. As pessoas que liberam e assinam os respectivos cheques continuam sendo aquelas às quais o MEC concede os poderes, pelo próprio cargo que ocupam." Com a palavra, o Prof. Ulysses (Presidente do Comitê) fez um breve relato dos trabalho, colocando-se em seguida, a disposição para sanar dúvidas. Ele explicou que o auxílio para participação em congressos favorece docentes, alunos de pós graduação e de graduação; o auxílio é oriundo de entidades

privadas; foram julgados 34 projetos de pesquisa; cem docentes se inscreveram para 35 bolsas de produtividade em pesquisa; após serem distribuídas o Comitê decidiu atender outras 40 solicitações; a bolsa pesquisa foi lançada em janeiro e a bolsa produtividade teve suas discussões iniciadas em março e ainda não foram distribuídas. A Prof^ª. Soraya salientou que os representantes das categorias docentes neste Colegiado não são contra o FADA, apenas solicitam uma discussão ampla do assunto, acompanhada pelo Prof. Rudolf, que também defendeu a discussão neste fórum. Ele acrescentou que quer contribuir com o processo e por isso tem procurado se informar. Lembrou também que os valores das bolsas e os respectivos beneficiados foram divulgados após reunião com a ADEPM. Ele questionou o fato de pessoas do próprio Comitê terem solicitado auxílio e perguntou se as pessoas que possuem bolsa CNPq podem entrar com pedido, e se houve solicitação de técnico administrativo. As perguntas formuladas pelos Professores Rudolf e Soraya foram respondidas pelo Prof. Ulysses: a) processo foi amplamente discutido; b) está bem definido que trata-se de bolsa produtividade em pesquisa; c) houve consenso no Comitê e aqueles que possuem bolsa CNPq podem solicitar o auxílio; d) os membros do Comitê, se quiserem, poderão solicitar; e) os docentes não serão avaliados. Na oportunidade foi colocada em votação a criação do FADA, estando presentes 33 membros, o resultado foi o seguinte: 30 votaram a favor e 3 se abstiveram. Na seqüência, continuaram os senhores membros discutindo a operacionalização do FADA, porém, dado o avançado da hora, a sessão já com 32 membros presentes, apoiou por 30 votos e 2 abstenções, sugestão da Prof^ª. Soraya no sentido de que a discussão fosse remetida para a próxima sessão. Ela salientou, na oportunidade, a necessidade de critérios para proceder avaliação dos docentes, não importando se através do próprio FADA. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar eu, Andréia R. P. Meleti, secretária, lavrei a presente ata que, após aprovada, será assinada por mim e pelo Senhor Reitor.

"Ressalvas":

onde se lê: "A Prof^ª. Soraya salientou que os representantes das categorias docentes neste Colegiado não são contra o FADA, apenas solicitam uma discussão ampla do assunto", leia-se: "A Prof^ª. Soraya salientou que os representantes das categorias docentes neste Colegiado não são contra o FADA para auxílio viagem e pesquisa e apresentaram propostas para aprimoramento destas modalidades. Os representantes apenas solicitam uma discussão mais ampla sobre o assunto"; e: onde se lê: "Ela (Soraya) salientou, na oportunidade, a necessidade de critérios para proceder avaliação dos docentes, não importando se através do próprio FADA", leia-se: "A Prof^ª. Soraya acha o processo de avaliação importante, porém ela defende o estabelecimento de critérios que sejam previamente discutidos pelos docentes e que esta avaliação não ocorra através do FADA."